

## ENTRE PROGRAMAS E PROJETOS

Maria Helena Lindenberg

Prefeitura Municipal de Vitória (PMV)

Samira Margotto

Universidade Federal de Rondônia (UNIR/RO)

### ENTRE PROGRAMAS E PROJETOS

*“Os deuses tinham condenado Sísifo a rolar um rochedo incessantemente até o cimo de uma montanha, de onde a pedra caía de novo por seu próprio peso. Eles tinham pensado, com as suas razões, que não existe punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança.” Albert Camus – O mito de Sísifo: ensaio sobre o absurdo*

O que se convencionou denominar de arte pública<sup>132</sup> na atualidade tem sido alvo de enfoques multidisciplinares e diferenciados. Enfoques advindos da reconfiguração de uma prática que deixou de significar somente arte em lugares públicos “*arte/objeto*” para direcionar sua concepção para um espectro mais difuso e abrangente ao incorporar ações que envolvem “*arte-comunidade*”. Uma profusão de termos novos surgiu para designar essas práticas. Termos que foram apontados e dissecados por Miwon Kwon (2002), no livro “*One place after another: site-specific art and locational identity*” como simultaneamente indicando um retorno de uma tentativa de reabilitar os aspectos críticos, o caráter anti-idealista e anticomercial das práticas realizadas entre o final dos anos de 1960 e 1970, mas também como sinalizando o desejo de imprimir uma diferenciação da produção atual das do passado.

A autora, na continuidade de sua argumentação, afirma que o enfraquecimento desse tipo de produção, deve-se ao fato dela ter sido redirecionada por forças institucionais e de mercado. Por isso, ela reavalia a relação entre vanguardismo estético e aspectos políticos no lugar de se ater apenas as especificidades dessa prática como fazer artístico. Para tanto, parte da consideração do que Rosalyn Deutsche (Kwon, 2002: 1-2) chamou de um discurso “*urbano-estético*” que irá mesclar arte, arquitetura e desenho urbano com teorias sociais, da cidade e espaço público.

Junto com as alterações de ordem conceitual e artística, essa mudança na inserção-diversa das anteriores – da arte no espaço que é de “*todos*”, mas administrado por instâncias políticas, foi acompanhada por uma prática discursiva na qual a palavra democracia tem tido lugar de destaque. Ao iniciar seu artigo “*Art and Public Space: Ques-*

---

132 Ver estudo realizado por Sylvia Furegatti (2002) sobre as nomenclaturas mais utilizadas que os projetos de arte inseridos no ambiente urbano recebem e suas implicações. Optamos por utilizar Arte Pública por ser mais genérico e também porque foi o termo adotado neste seminário.

tions of Democracy” Rosalyn Deutsche afirma com certa ironia que “A julgar pelo número de referências ao espaço público no discurso estético da contemporaneidade, o mundo da arte tem ‘levado a democracia a sério’” (Deutsche, 1992: 34). Utilizando a expressão da autora para pensar o caso brasileiro, podemos afirmar que a julgar pelas intenções dos Programas do governo brasileiro elaborados nos últimos anos, a preocupação em desenvolver ações em espaços públicos, especialmente aquelas de preservação do patrimônio cultural, nunca mereceram atenção tão salutar.

Rastreando e analisando as argumentações de diversas iniciativas que envolvem ações nos espaços públicos, Tim Hall e Iain Robertson, localizam na década de 1980, o início de uma mudança discursiva, na qual: “A arte pública se tornou cada vez mais justificada, não em termos estéticos, mas sim em função da sua suposta contribuição do que poderia ser amplamente denominado de ‘Regeneração urbana’.” (Hall; Robertson, 2001: 5). Apoiados em uma ampla gama de exemplos e bibliografia, os autores discutem criticamente algumas fragilidades das defesas aliadas a essa prática que alinhava na sua defesa um conjunto de supostos impactos econômicos e sociais positivos (Idem.: 22).

Ao analisarem a associação entre regeneração urbana, arte pública e as alterações discursivas, os autores discutem a grande maioria das concepções teóricas vigentes, seus paradigmas e terminam o texto com cinco perguntas que buscam estimular o debate para as pesquisas sobre o assunto que se encontra “em uma espécie de impasse” (Idem.: 22). Desse texto, o que nos interessa aqui, sobretudo, são a produção e disseminação da argumentação que os defensores utilizam. Interessa porque os argumentos são muito semelhantes àqueles que estão presentes nos Programas que reverberaram no Brasil, até porque aqui os legados sociais problemáticos são ainda mais profundos que nos centros urbanos de países economicamente mais privilegiados, referenciados por estes autores. Entretanto, se o discurso possui semelhança, na vasta maioria das vezes, as tentativas de aplacarem e ou solucionarem essas questões aqui, são inseridas em outro âmbito, naquele das intenções, ficando confinadas “entre programas e projetos”. Assentadas, quase sempre, nas referências escritas, nos debates infinitos, apoiados em uma retórica que faz uso instrumental do termo “democracia”, que na incapacidade de concretizar suas ações, estão sempre recomeçando.

Recomeçando, como o fazia Sísifo, citado na epígrafe. “Se esse mito é trágico”, escreveu Camus na reinterpretação de Sísifo, “é que seu herói é consciente” (Camus, 2010: 84). O destino absurdo de Sísifo, proletário dos deuses, impotente, que apesar de reconhecer a falta de sentido de sua tarefa continua a executá-la, será tomado aqui como ponto de partida para levantarmos alguns aspectos do cotidiano de trabalho, pouco abordado, dos profissionais que atuam no setor cultural público brasileiro, daqueles que tem por função criar projetos para programas *permeados de metas, objetivos e cronogramas quase nunca cumpridos*.

Nossa fala está inscrita na perspectiva da experiência, de um trabalho cotidiano que escapa, muitas vezes, à materialidade das fontes oficiais mesmo quando produzidas pelos seus próprios autores. Porque não há como escapar na produção do discurso às normas instituídas, aos rituais, dentro da perspectiva analisada por Michel Foucault, ao afirmar sua suposição que em toda sociedade a produção do discurso é “ao

*mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade*” (Foucault, 1999: 9). Portanto, é com certo pesar que sabemos fazer, de certo modo, parte dessa espécie de acordo tácito, no qual, até as discordâncias são amenizadas pelo discurso brando dos formatos oficiais. As questões aqui expostas serão abordadas também, não na distância temporal que remodela e/ou adapta a memória, mas enquanto ainda aguarda um retorno, que parece cada vez mais distante de se efetivar.

Nesta comunicação, considerando a área temática escolhida, iremos nos ater a alguns aspectos das correlações entre arte pública, legislação e políticas de governo no Brasil. Nossa perspectiva é a de sujeitos participantes, a partir da experiência, sobretudo, de um caso específico: a elaboração do Plano de trabalho que foi entregue na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) do Espírito Santo, como parte do Programa Brasil Patrimônio Cultural do Ministério da Cultura (MinC).

O plano foi finalizado, em abril de 2010. Em 14 de abril de 2011, em reunião para discutir o Programa, já não mais vinculado ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, afirmou que iria reinstalar o Comitê Interministerial do programa e anunciou: “É necessário afinar o discurso e eleger prioridades” (Agostinho, 2011). Participam desse Comitê autarquias e empresas públicas, além dos ministérios da Cultura, Turismo, Cidades, Educação e Planejamento. Na previsão do Plano de Trabalho, nesse momento, já teríamos as primeiras obras restauradas e estaríamos dando início à segunda etapa. Questões burocráticas, entretanto, impedem que as verbas sejam liberadas, formando nesse horizonte turvo, em um redemoinho de intenções nobres que giram em torno da virtualidade do discurso, restritas ao território de possibilidades que dificilmente serão concretizadas.

Denominado PAC Cidades Históricas, o Programa foi lançado com entusiasmo em outubro de 2009 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Ouro Preto (MG). Com o objetivo de promover ações conjuntas de preservação do patrimônio histórico, envolvendo governo federal, estados e prefeituras, o Programa deveria ser, conforme anunciou o presidente, a “maior ação conjunta pela revitalização das cidades históricas implantada no Brasil.” (Remígio; Herdy, 2011). A concepção do Programa, segundo seu gerente no Ministério da Cultura, Carlos Henrique Heck, tem sua origem na missão do Iphan, em sua criação em 1937, nas idéias pioneiras de Mário de Andrade que “permeou os programas conexos previstos em orçamentos anteriores à Constituição e os planos plurianuais inscritos na Carta Magna de 1988.” (Heck, 2003: 1). Teve ainda como base, o PPA (Plano Plurianual) de 1995-1999 que criou condições para a “vigência de uma Gestão Pública Empreendedora focada em resultados e estabeleceu uma série de ações e metas para execução do Iphan.” (Idem.:1) e foi configurado no PPA 2000-2003. Na sua Avaliação do Programa, o autor aponta que “os limites orçamentários definidos pela Lei Orçamentária Federal, nos últimos anos, além de indicar progressivas reduções, não são compatíveis com a realidade das demandas existentes no País.” (Idem.:1). Destaca ainda, dentre outras questões, a dificuldade de acompanhamento das ações em decorrência da ausência de sistema on-line para troca de infor-

mações e alimentação direta. Entre 2000-2001 o Programa teve padrão de execução financeira satisfatório, porém, em 2002, com cortes de recursos, o Programa não obteve resultados expressivos. Assim, o gerente do Programa no MinC, afirmou que “A expectativa é que todas as metas previstas no PPA para o exercício de 2003 sejam cumpridas, desde que não haja corte e contingenciamento de recursos.” (Idem.: 1).

Os antecedentes históricos de longa data e as ponderações presentes nas avaliações anteriores das ações e seus desdobramentos, não tiraram o caráter utópico do texto do Programa Brasil de Patrimônio Cultural publicado em 2009. Instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial, o Plano não deveria se restringir ao perímetro urbano ou ao conjunto de bens tombados, mas, considerar a dinâmica urbana no seu todo. O Programa foi composto por seis objetivos dissecados nas estratégias e ações (MinC; Iphan, 2009: 21-23). A clareza e objetividade do texto já deixavam entrever seu caráter quimérico, já anunciando que nem sempre o que é desejável é também exequível. A começar pelo tempo estabelecido para a elaboração dos projetos, sem considerar as diferentes realidades de trabalho dos profissionais da cultura dos diversos municípios brasileiros, nem prioridades anteriormente elaboradas dentro dos setores e muito menos a complexidade e responsabilidade de uma proposta nesses moldes, uma corrida contra o tempo teve início para a elaboração dos trabalhos.

No caso do município de Vitória, foi enviado um conjunto de propostas envolvendo diversas Secretarias, entre as quais, a Secretaria de Cultura, com as Gerências de Patrimônio, de Espaços Culturais e a Casa Porto das Artes Plásticas (espaço cultural do município responsável pelas artes visuais). Pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de Vitória foram encaminhados dois trabalhos: Projeto básico para o “*Plano de preservação das manifestações culturais tradicionais da área central de Vitória*” e o “*Plano de trabalho para execução de restauração e revitalização dos monumentos públicos de valor histórico e artístico na área Central de Vitória*”. A elaboração desse último é que ficou sob a responsabilidade das autoras deste artigo.

A proposta de restaurar e revitalizar os monumentos públicos de valor histórico e artístico na área Central de Vitória estava sendo pensada há muitos anos. O primeiro passo foi dado com o estudo do *Inventário das esculturas e monumentos urbanos de Vitória/ES*, realizado para a SEMC/PMV (Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória) por Maria Helena Lindenberg com pesquisa histórica feita por Márcia Jardim (Lindenberg; 2008). Além do Inventário, a restauração dos monumentos públicos de valor artístico e histórico da cidade já havia sido iniciada com a reinauguração em 7 de abril de 2008, do Monumento ao Papa Pio XII. O processo de restauro da obra realizada em 1964 pelo artista italiano Carlo Crepez, durou seis meses.

O Plano de trabalho previa a realização dos trabalhos em três etapas. A divisão proposta considerou, sobretudo, dois fatores. Primeiro, a emergência em recuperar o conjunto escultórico localizado em espaço público mais antigo da cidade, feito em 1912. As esculturas estão localizadas na Escadaria Bárbara Lindenberg, que dá acesso ao Palácio Anchieta, sede do governo estadual. Na proposta de restauro encaminhada o trabalho deveria começar por esse conjunto escultórico encomendado pelo Govern-

dor Jeronymo Monteiro. Tanto a escadaria quanto o Palácio Anchieta foram projetados por Justin Norbert, Engenheiro Civil e de Minas, formado pela “École de Ponts et Chaussées” de Paris e autor de outros projetos no Brasil. O termo do contrato previa também a construção de jardins e cascatas formadas por estalactites artificiais e outros ornamentos, como esculturas para a escadaria feita em pedra e cimento, em estilo Luís XVI, com balaustrada e corrimões em cimento branco. (Lopes, 1997: 74, 75). Para a realização das esculturas foram contratados os irmãos Pedro e Ferdinando Gianordoli, escultores e decoradores, nascidos no norte da Itália que trabalharam associados aos sobrinhos Vitório e Ricardo. Eles executaram 07 (sete) esculturas em mármore de Carrara (Lindenberg, 2008).

O segundo fator levou em consideração o material predominante nas obras. Os monumentos mais significativos do ponto de vista histórico e artístico foram produzidos em basicamente três tipos de material: mármore, bronze ou ferro. Realizados por autores de origens diversas, destacam-se alguns escultores nacionais notáveis e um francês, mas o predomínio de obras executadas no ambiente urbano de Vitória é dos artistas de origem italiana. A opção por separar as etapas de trabalho considerando o material de execução das obras, deve-se ao fato de que isso tornaria mais viável financeiramente a contratação de serviço especializado de restauro, já que seria necessário o deslocamento de profissionais de outros Estados para a realização de parte desse trabalho, além da montagem de estrutura de apoio e acompanhamento. Outras ações necessárias (pequenos reparos, limpeza, manutenção preventiva, inclusão de placas informativas, iluminação, etc.) seriam realizadas simultaneamente às etapas de restauro dos grupos escultóricos.

Assim, no Plano de Trabalho, fizemos algumas considerações sobre a necessidade de bom senso quanto às possibilidades para executá-lo. Apontamos os limites financeiros disponíveis e a realidade das condições técnicas locais como fatores norteadores. Nossa realidade de trabalho não permitia a realização plena do que presumíamos serem todos os procedimentos necessários para executar de forma satisfatória nosso objeto<sup>133</sup>. Portanto, restava-nos, uma adaptação guiada pelo suporte da teoria e aplicada na prática em ações condizentes com as condições que o meio nos apresentava. Vitória é uma das capitais mais antigas do país, fundada em 08 de setembro de 1551, porém, a formação do seu conjunto escultórico teve início tardiamente quando comparado com outras capitais brasileiras, especialmente as da região sudeste<sup>134</sup>. Entretanto, inserem-se dentro das alterações que ocorreram no começo do período republicano, quando houve uma intensificação da inserção de monumentos nos espaços públicos que imprimiam no imaginário da população os signos dessa nova época. O período republicano assinala um momento de mudança para o Estado e a sua capital,

---

133 Ver entre outros, desde algumas considerações contemporâneas sobre restauro até as diversas noções que recebeu ao longo dos anos: Carbonara, Giovanni. *Avvicinamento al restauro*, Napoli, Liguori, 1997; Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio*, São Paulo, Unesp, 2001; Jokilehto, Jukka, *A history of architectural conservation*, Oxford, Butterworth, 1999.

134 Em São Paulo, por exemplo, a inserção de obras nos espaços públicos começou em 1814, com a construção do Obelisco da Memória (Antunes e Bernardes, 1999).

Vitória, que manteve seu traçado colonial inalterado até então, passa por uma série de transformações (Margotto, 2004: 35).

Foi no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), que ocorreram as primeiras alterações significativas na cidade. As razões para essas mudanças em Vitória, bem como as iniciativas que tomaram para solucioná-los, não diferem muito daqueles vivenciados em centros maiores, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Para Beatriz Resende, que descreve as transformações ocorridas na então Capital Federal no início do século XX, esse processo pelo qual passam as cidades brasileiras, nesse período, deve ser lido como uma tentativa que se impunha naquele momento de transformar o Brasil em um Estado-Nação moderno, em que a cidade deveria modificar-se para ingressar nesse novo mundo. A modernização física da cidade surge, então, como necessária para dar fim às epidemias, afastar focos de desordem e também inserir monumentos que registrassem o novo período. Impõe-se a ordem positivista, segundo a qual as marcas monarquistas devem ser apagadas, trocam-se até os nomes de instituições tradicionais — deve-se transformar a cidade num cartão-postal capaz de atrair turistas e capital estrangeiro (Resende, 1994: 128).

Das obras que resistiram à ação do tempo e ao desenvolvimento urbano, hoje se constituindo em patrimônio cultural e artístico da cidade, foram inventariadas e catalogadas 56 (cinquenta e seis) esculturas e monumentos urbanos feitos entre 1911 e 2004. Depois desse período mais intenso de modificações, a região central de Vitória, passou por um novo processo de alteração, sobretudo a partir da década de 1970. Foi quando a região começou a apresentar sinais visíveis de esvaziamento, com a transferência dos investimentos para a região norte, contribuindo para o abandono e a paulatina degradação da área central. Fato que se agravou nas décadas seguintes e que torna urgente todo e qualquer tipo de esforço no sentido de reverter esse quadro. Foi considerando esse contexto que foi solicitado o pedido de restauro e revitalização dos monumentos erguidos no Centro Histórico de Vitória, como parte importante no processo de revitalização da região.

Para fazer parte do programa, o município, juntamente com o estado e o Iphan, deveria elaborar um Plano de Ação que defina um planejamento integrado, coerente com o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural e com outras ações. Dentre os objetivos estava aquele que pretendia “*Promover a requalificação urbanística dos sítios históricos e estimular usos que garantam seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Tinha como estratégia a “Execução direta de obras de requalificação pelo Governo Federal e em parceria com os governos municipais, estaduais e concessionárias de serviços públicos.”* (MinC, Iphan, 2009). Sem pretender realizar uma análise mais apurada de cada uma das seis ações previstas, o que chama a atenção e merece destaque são as inúmeras implicações que envolvem colocá-las em prática. Questões que mereceriam estudos aprofundados, verbas volumosas, tempo e equipe técnica com profissionais de formações diversas para uma reflexão aprofundada de como implantá-las em locais com edificações históricas, em sua maior parte tombadas. Se ninguém questiona a importância da recuperação de espaços públicos com acessibilidade universal, como prevê uma das ações desse objetivo, sabe-se, porém, de todas as implicações que são necessárias para o cumprimento das exigências contidas na norma brasileira (ABNT NBR 9050, 2004).

Outro objetivo do programa era “Ampliar o financiamento para a recuperação de imóveis”. No item denominado de características é elencada uma série de vantagens financeiras destinadas aos agentes privados com imóveis localizados em áreas protegidas, “visando à recuperação de imóveis subutilizados e degradados”. Das vantagens, além de “juro zero e correção da dívida com base no INPC”, “prazo de carência de seis meses, contados a partir da conclusão das obras”; “condições diferenciadas para famílias com renda de até três salários mínimos”; “pagamento da dívida em 10, 15 ou 20 anos”. Apesar de não possuímos informação do interesse e seus desdobramentos, de particulares na adesão ao Programa, é possível supor que essas supostas facilidades quando examinadas nas suas minúcias possivelmente traziam empecilhos burocráticos, iguais ou superiores aos que o poder público municipal de Ouro Preto (MG), por exemplo, encontrou. A restauração da matriz de Nossa Senhora de Nazaré, em Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto, que começou sua construção em 1701, era um dos projetos de destaque em Minas Gerais. O orçamento apresentado pela prefeitura de Ouro Preto ao Ministério das Cidades foi aprovado e liberado em dezembro de 2009, entretanto até novembro de 2011, o dinheiro ainda não havia chegado ao seu destino. A Caixa Econômica Federal não liberou a verba mediante a alegação que o município estava inadimplente no cadastro do Tesouro Nacional. (Remígio; Herdy, 2010).

O “Plano de trabalho para execução de restauração e revitalização dos monumentos públicos de valor histórico e artístico na área central de Vitória” estava previsto para ser iniciado em 2010 e deveria ser concluído no final de 2012, ou seja, em dois anos, mas o projeto ainda não teve seu início concretizado. Problemas diversos, como alguns apontados ao longo do texto, impedem que as propostas sejam postas em prática. Possivelmente, será mais um trabalho que ficará aguardando ser reformulado para se encaixar no próximo edital, no próximo programa, como o Sísifo de Camus quando “[...] contempla essa seqüência de atos sem nexos que se torna seu destino [...]” (Camus: 2010: 87).

## Referências

- ABNT/ NBR 9050, *Norma Brasileira de Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência às Edificações, Espaço Mobiliário e Equipamentos Urbanos*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004.
- Agostinho, Marcos, *Cidades históricas - MinC criará um fórum de discussão para fortalecer propostas do Programa das Cidades Históricas*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2011/04/14/cidades-historicas-3/>> 14 de abril de 2011. Acesso em: 20 de abril de 2011.
- Antunes, Fátima e Rafaela Bernardes, “A gestão pública na cidade de São Paulo: problemas, programas e projetos”, Buenos Aires, Seminário Internacional sobre Arte Público em Latinoamérica, 2009.
- Camus, Albert, *O mito de Sísifo*, Rio de Janeiro, Bestbolso, 2010.
- Deutsche, Rosalyn, “Art and Public Space: Questions of Democracy” in *Social Text*, Duke University Press. nº. 33, 1992.
- Foucault, Michel, *A ordem do discurso (aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970)*, 5ª edição, Tradução, Laura Fraga de Almeida Sampaio, São Paulo, Edições Loyola, 1999.
- Furegatti, Sylvia, *Arte no espaço urbano: contribuições de Richard Serra e Christo Javecheff na formação do discurso da Arte pública atual*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FAU-USP, 2002.
- Hall, TIM e Iain Robertson., “Public Art and Urban Regeneration: advocacy, claims and critical debates”, in *Landscape Research*, vol. 26, nº. 1, 2001, pp. 5–26.
- Kwon, Miwon, *One place after another: site-specific art and locational identity*, Cambridge, The Mit Press, 2002.
- Lindenberg, Maria Helena, *Inventário das esculturas e monumentos urbanos de Vitória/ES*, Vitória, PMV, 2008. (não publicado).
- Lopes, Almerinda da Silva, *Arte no Espírito Santo, do século XIX à Primeira República*, Vitória, AI, 1997.
- Margotto, Samira, *Cousas nossas: pintura de paisagem no Espírito Santo (1930-1960)*, Vitória, Edufes, 2004.
- Minc; Iphan, PAC – Programa de Aceleração do Crescimento: Cidades Históricas, Patrimônio, desenvolvimento e cidadania. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1332>> Brasil, 2009. Acesso em 14/04/2011.
- Lira, Gláucia Ribeiro, PAC Cidades Históricas – Programa garante investimento de mais de R\$ 1 milhão para 30 cidades do país. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/06/29/pac-cidades-historicas-5>> 29/6/2010. Acesso em: 16 de abril de 2011.
- Remígio, Marcelo e Thiago Herdy, PAC ainda empacado – Um ano após Lula lançar Programa, revitalização de cidades históricas praticamente mal começou. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/11/29/pac-ainda-empacado-345020.asp>> 29 de novembro de 2010. Acesso em: 09 de maio de 2011.
- Resende, Beatriz, “Rio de Janeiro, cidade de modernismos” in Pechman, Robert Moses (org.), *Olhares sobre a cidade*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1994.



ARTE PÚBLICO  
POLÍTICOS

ESTÁCIOS

Organização  
José Cirillo . Carolina Venegas  
Teresa Espantoso Rodriguez

---

S471a

Seminário Internacional sobre Arte Público en Latinoamérica (2.  
2011 : Vitória, ES).

[Anais do] II Seminário Internacional sobre Arte Público en  
Latinoamérica, Vitória, 9 a 12 de novembro de 2011 : mesas e  
comunicações. – Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

624 p. ; 22 cm.

ISBN.: 978-85-7654-118-9

1. Arte. 2. Planejamento urbano. 3. Arte Pública. 4. Arte – Con-  
gressos. I. Seminário Internacional sobre Arte Público en Latinoamérica (2.  
: 2011 : Vitória, ES).

---

CDU: 711

---